

DIREITOS HUMANOS VOLTADOS PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ÂMBITO ESCOLAR



LUCIENE AGOSTINHO DA SILVA ENOMOTO

Graduação em Pedagogia pela Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (2009); Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Mental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (2011); Especialista em Ética, Valores e Cidadania na Escola pela Universidade de São Paulo - USP (2013); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - no CEMEI Novo Mundo.

RESUMO

Para trabalhar questões relacionadas aos Direitos Humanos, no ambiente educacional, pode-se pensar sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira. Para discutir o tema pode-se utilizar projetos que incentivem a leitura como ferramenta pedagógica para desenvolver o hábito e o gosto nos estudantes, além de proporcionar conhecimentos e discussões sobre o tema étnico-racial. A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico a respeito do tema a fim de discutir sobre metodologias que possam vir a contribuir para a sua discussão. A criatividade, a ludicidade, a arte, a história, entre outros, constituem as relações presentes no cotidiano das pessoas, concebendo o ser humano em sua totalidade e complexidade. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo geral, discutir por meio de revisão da literatura os Direitos Humanos; e como objetivos específicos, a discussão sobre projetos voltados para as questões étnico-raciais no ambiente escolar. Os resultados apontam que a aplicação de projetos com o tema pode contribuir para desenvolver hábitos mais positivos, evitando-se a discriminação e a falta de respeito, além de promover a possibilidade da habilidade da leitura, fazendo com que os estudantes criem o hábito e se interessem pelo tema.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Cultura Africana e Afro-brasileira; Projetos.

INTRODUÇÃO

O Brasil marcado por um regime escravocrata, predominava ideias e imposições eurocêntricas. Após um longo período desse regime, em que negros eram trazidos da África para trabalhar como escravos de forma precária, a legislação concebeu formas de tentar diminuir os erros cometidos no passado, em que a sociedade passou a repensar sobre as questões étnico-raciais.

Os Direitos Humanos se iniciam pela afirmação de que uma sociedade mais justa é aquela que valoriza as diferenças, promovendo a igualdade e o respeito. As Políticas Públicas voltadas para as questões étnico-raciais vêm sendo incorporadas por diferentes países.

Tem-se inúmeros questionamentos a respeito do discurso e das práticas eurocêntricas e homogeneizadoras em relação aos processos sociais e educativos trazendo à tona questões que incluem o ambiente escolar.

Como problemática, a insubordinação, o racismo e a discriminação ainda ocorrem nos dias de hoje e por isso existe a necessidade da educação mudar essa situação, discutindo temáticas referentes ao tema para cooperar para o conhecimento dos estudantes reconhecendo sua história social, cultural e política, sua origem, e aprendendo a valorizar a si e ao próximo.

Como justificativa, a escola como ambiente favorável para a interação entre os indivíduos mesmo que de origens e níveis socioeconômico diferentes. Ainda, é um ambiente propício para o ensino de regras para o convívio democrático e o respeito às diferenças, por esse motivo, a importância de se discutir sobre o tema.

Nesse sentido, o presente artigo traz como objetivo geral, discutir por meio de revisão da literatura sobre os Direitos Humanos; e como objetivos específicos, a discussão sobre projetos voltados para as questões étnico-raciais no ambiente escolar.

SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NEGRA

Trabalhar a representatividade negra é essencial para a autovalorização das crianças negras e suas características, pode romper com o ciclo de estereótipos criados pela sociedade, combatendo o racismo com base nos fundamentos educacionais em Direitos Humanos:

De um lado, é preciso fazer a defesa da igualdade como princípio de cidadania, da modernidade e do republicanismo. A igualdade é o princípio tanto da não-discriminação quanto ela é o foco pelo qual homens lutaram para eliminar os privilégios de sangue, de etnia, de religião ou de crença. Ela ainda é o norte pelo qual as pessoas lutam para ir reduzindo as desigualdades e eliminando as diferenças discriminatórias. Mas isto não é fácil, já que a heterogeneidade é visível, é sensível e imediatamente perceptível, o que não ocorre com a igualdade. Logo, a relação entre a diferença e a heterogeneidade é mais direta e imediata do que a que se estabelece entre a igualdade e a diferença. [...] A defesa das diferenças, hoje tornada atual, não subsiste se levada adiante em prejuízo ou sob a negação da igualdade. Estamos assim diante do homem como pessoa humana em quem o princípio de igualdade se aplica sem discriminações ou distinções, mas estamos também ante o homem concreto cuja situação deve ser considerada no momento da aplicação da norma universal (CURY, 2002, p. 255).

A escola apresenta papel essencial em uma educação igualitária, de modo que esta não pode se ausentar de lutar por um ensino que seja além de tudo inclusivo e transformador. É importante que se desfaça a ideia racista e discriminatória que perdura até hoje em nossa sociedade, para vencer o eurocentrismo europeu e valorizar as questões raciais e sociais, desalienando as próprias metodologias pedagógicas (BRASIL, 2013).

Abramovay e Mary (2006), relatam que a implementação da Lei nº 10.639/2003 surgiu no

sentido de tentar reparar os danos causados pela escravidão que marcaram o povo negro, desde a sua chegada ao Brasil. A lei enquanto política afirmativa é resultado dos diversos movimentos sociais. O movimento negro veio para resgatar o reconhecimento da cultura africana e suas contribuições para o país.

Nesse sentido, a escola deve trabalhar para reconhecer as identidades culturais. Por isso, os professores devem debater sobre as práticas para atender as demandas e proposições trazidas pelos novos desafios que a sociedade impõe.

Uma forma de se trabalhar essas questões é a partir de projetos que envolvam a leitura. Por isso, os professores devem conhecer a importância que esta tem para o seu desenvolvimento, trazendo reflexões sobre suas práticas pedagógicas, fazendo a mediação entre o estudante e o mundo literário.

O professor pode desenvolver o prazer pela leitura, mas, incentivar e ajudar na formação de futuros leitores, incentivando a leitura junto as famílias. É importante utilizar livros e coloque em prática o hábito da leitura, proporcionando um contato ao menos semanal com os livros.

O desenvolvimento da habilidade leitora a partir do começo do Ensino Fundamental é importante, uma vez que para o convívio em sociedade é necessário compreender não só o que está sendo dito, mas, também o que está sendo lido.

No Brasil, infelizmente a educação brasileira é deficiente, e por esse motivo o país não consegue garantir qualidade a todos. Entre as diferentes deficiências está a falta de estímulo a leitura no contexto escolar.

Por esse motivo, é preciso discutir sobre a representatividade negra para autovalorizar as crianças negras e suas características, rompendo com os estereótipos da sociedade; combater o racismo a partir de fundamentos da educação voltados para os Direitos Humanos durante a Educação Básica; e por fim, fazer uso da literatura para estudar personalidades negras com base no lúdico, desenvolvendo projetos que discutam o tema de forma integradora:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade; Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação; Artigo 26º

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito; A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz; Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos (ONU, 1948, s/p.).

Os projetos voltados para a questão étnico-racial devem contemplar a identidade, a autoestima, combate ao racismo, por meio da leitura, brincadeiras, filmes etc. Enquanto hipótese tem-se que os professores do Ensino Fundamental devem incentivar a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, cultura e religião.

Isto pode ser concretizado a partir da leitura devido a importância tanto para a aprendizagem quanto para a vida. Desta forma, deve-se incentivar desde cedo o comportamento leitor junto aos estudantes.

Além disso, projetos voltados para leitura exigem que os professores devem direcionar práticas efetivas que desenvolvam as questões étnico-raciais, discutindo em conjunto quais as atividades propostas para retomar a habilidade de leitura; o desenvolvimento de projetos deve despertar nos estudantes o gosto pelos livros fazendo com que se sintam estimuladas e que passem a entender as diferenças.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL VOLTADA PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

A sociedade brasileira foi marcada por um regime escravocrata devido ao pensamento eurocêntrico. Com o fim da escravidão, para minimizar e tentar corrigir os inúmeros erros, o Conselho Nacional de Educação (CNE) modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a partir da Lei nº 10.639/2003 (SILVA, 2007).

A escola é fundamental para ensinar os estudantes sobre a diversidade seja de raça, gênero, religião, origem, entre outras, uma vez que se vive em uma sociedade com diferentes culturas presentes e que ainda não aprendeu completamente a conviver e respeitar o diferente.

A família faz parte desse processo, uma vez que possui estreita relação com a formação da sua visão no ambiente familiar, criando muitas vezes um hibridismo cultural, deixando o estudante muitas vezes confuso devido as visões antagônicas entre família e escola (BARBOSA, 2011, p. 12).

A lei foi promulgada para que as escolas trouxessem vivências significativas sobre o tema a partir da troca de experiências, quebra de paradigmas e projetos, no tocante a uma sociedade mais igualitária e justa. Para isso, as culturas africana, afro-brasileira e indígena devem ser ensinadas agora de maneira não distorcida, enfatizando as contribuições que esses povos trouxeram para a formação social brasileira (VERRANGIA e SILVA, 2010).

O município da Cidade de São Paulo que apresenta legislação pertinente demonstrando preocupação com as questões étnico-raciais. Desde que foi instaurada a Lei nº 10.369/2003, diversas ações foram realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), para implementar o tema no cotidiano escolar. No caso da comunidade indígena, a Lei nº 11.645/2008 promulgou a obrigatoriedade sobre a história e a cultura indígena.

As diferenças culturais e práticas pedagógicas presentes nas escolas ao tratar de questões para os quais não foram preparadas, preocupam os especialistas:

Esta preocupação supõe o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas, e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as. Reconstruir o que consideramos 'comum' a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam, garantindo assim que a igualdade se explicita nas diferenças que são assumidas como comum referência, rompendo assim com o caráter monocultural da cultura escolar (CANDAU, 2015, p. 28).

A diversidade cultural deve ser contemplada desde o início do Ensino Fundamental. As práticas devem valorizar estas culturas com base na sua riqueza histórica, auxiliando no combate ao preconceito e discriminação, incentivando a igualdade e o respeito por parte dos estudantes.

Os professores precisam incentivar o respeito a diversidade seja ela de raça, credo, cultura ou outras situações. É preciso trabalhar essas questões por meio de práticas que desenvolvam no estudante o respeito a diversidade (COSTA, 2018).

Para isso, o professor pode incentivar a aprendizagem da cultura africana, afro-brasileira e indígena a partir da literatura, através de livros, contos e histórias relacionadas à cultura indígena e afro-brasileira, que tragam suas identidades e culturas, desenvolvendo o conhecimento de que estes fazem parte das raízes que formam a cultura brasileira.

No caso da aplicação de projetos, no planejamento deve-se discutir quais ações podem ser tomadas ao longo do ano a fim de contemplar a recuperação das aprendizagens com os estudantes, definindo estratégias e pensando em conjunto quais serão as atividades propostas a fim de contemplar os objetivos do presente trabalho.

Utilizando-se diferentes recursos para contar histórias; ainda, o desenvolvimento do projeto ocorre baseado no documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), Priorização Curricular 2021, estendendo o projeto não só para as aulas regulares, mas, em outros ambientes.

Diante da participação dos estudantes, será possível verificar as contribuições da leitura junto ao ensino da cultura africana e afro-brasileira a partir da literatura, através de livros, contos e histórias relacionadas à essas culturas, compreendendo suas identidades e o conhecimento de que essas histórias fazem parte das raízes que formam o povo brasileiro.

A apresentação do produto pode acontecer por meio de apresentações em evento literário, que pode ser aberto à comunidade, para que os pais e responsáveis possam acompanhar.

Em especial, na Cidade de São Paulo, o documento “Orientações Curriculares Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial” (2008), junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), discute as questões étnico-raciais:

[...] A necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004, p. 1-2).

Deve-se evitar que situações como racismo e discriminação, aconteçam, existindo a necessidade das escolas em debater temáticas referentes ao tópico para reconhecer o indivíduo como sua história social e cultural, conhecendo sobre sua história e aprendendo a valorizar o outro.

O projeto de intervenção didática também espera alcançar resultados referentes a novos valores sociais através do contato com outro ampliando seu repertório cultural, ampliando o olhar do estudante para além do ambiente familiar, onde o diferente muitas vezes é silenciado ou não compõem esse ambiente.

Por esse motivo, é fundamental investir em projetos e pesquisas que estimulem a leitura desde o começo da Educação Básica, desenvolvendo habilidades cognitivas para a construir o conhecimento.

Sendo a leitura considerada um instrumento de informação, é relevante que o estudante tenha uma relação com esta prática, podendo assim compreender melhor o mundo ao seu redor e compreender e respeitar as questões étnico-raciais tão presentes na cultura brasileira (VAL, 2004).

A leitura leva ao aprofundamento dos conhecimentos intrínsecos ao ser humano e permitirão que o estudante aprenda sobre o mundo real e as diferentes culturas:

O hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico principalmente a leitura dos livros que formam o espírito crítico, enquanto a repetição empobrece. O exercício da mente e do espírito aguça a inteligência, refletindo no pensamento lógico e seu sentido prático; no equilíbrio para harmonizar realidade e irrealidade; na capacidade de imaginação e fantasia; na lucidez, originalidade, poder de observação e captação do fundamental. Podemos dizer que a leitura é a melhor ginástica para a mente. Ela capacitará o melhor uso inteligente e de interação das potências mentais e espirituais (GOES, 2004, s/p.).

Os resultados esperados na aplicação de projetos também envolvem a prática docente para que o ensino não fique limitada apenas ao Dia do Índio; ou do Dia da Consciência Negra. Isso porque muitas vezes o que ocorre nas escolas é a comemoração ou a menção a esse assunto apenas nessas datas, fazendo pinturas no rosto dos estudantes, por exemplo, ou dando papéis com desenhos para que eles possam colorir.

O importante é trazer diferentes elementos a fim de fazer com que os estudantes possam não só observar, mas, também interagir sobre o tema, aprendendo que além da cultura dela existem outras culturas e que é preciso valorizá-las e reconhecê-las como pertencentes a sua, já que trouxe inúmeras para a construção do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que as culturas africana, afro-brasileira e indígena, devem e estão em parte sendo valorizadas nas escolas. Para que isso ocorra, é essencial a contribuição da comunidade escolar ao mostrar que a cultura é riquíssima para uma formação cultural, mas, também social.

Ainda, deve-se destacar os inúmeros desafios, e o preconceito e a discriminação ainda ocorrerem, apesar de haver legislação pertinente atualmente e por isso, é necessário discutir sobre as diferenças no Ensino Fundamental.

Isso porque, propostas pedagógicas voltadas para a valorização dessas culturas podem contribuir não só para a difusão desta cultura, mas, para propiciar a diminuição ou mesmo eliminação da exclusão, da discriminação, do racismo e preconceito.

Quanto a prática da leitura, pode-se dizer que a mesma amplia as possibilidades, diferentes práticas e atividades que podem ser desenvolvidas em grupo a fim de que os estudantes adquiram o prazer e o gosto pela leitura, o que facilitará o trabalho do professor, enriquecendo o repertório e o vocabulário em função do contato que se teve com a literatura.

É preciso discutir a diversidade cultural desde o começo da Educação Básica. Isso porque, propostas pedagógicas voltadas para a valorização da cultura africana, afro-brasileira e indígena, contribuem não só para a propagação destas culturas, mas, propicia ainda a diminuição ou mesmo a eliminação da exclusão, da discriminação, do racismo e preconceito, tão essenciais na atualidade.

Por isso, existe a importância de trabalhar o tema através de projetos que incentivem a aceitação e o respeito às diferenças. Por fim, é necessário resgatar a representatividade negra a partir da autovalorização dos estudantes negros para romper estereótipos sociais, presentes na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; MARY, G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>. Acesso 12 fev. 2024.

BARBOSA, L.M.A. (Org.). **Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

CANDAU, V.M. **Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais**. In: **Educação: temas em debate/organização** Vera Maria Candau, Susana Beatriz Sacavino. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.

COSTA, J.C.S.C. **“A importância da valorização da cultura indígena na educação infantil: relato de prática pedagógica”**. In: **Anais do Congresso Infantil de Educação Infantil / Congresso de Creches Universitárias da América Latina e Caribe/UDUAL**, 2016. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/coneinf-concuni/trabalhos/a-importancia-da-valorizacao-da-cultura-indigena-na-educacao-infantil-relato-de-pratica-pedagogica>. Acesso 11 fev. 2024.

CURY, C.R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, jul. 2002. Disponível em: n116a10 (scielo.br). Acesso 12 fev. 2024.

GOES, V.L.P. **Introdução a Literatura Infantil e Juvenil**. 2ª ed. Editora Pioneira. São Paulo: 2004.

MARTINS, J.S. **Projetos de pesquisa: Estratégias de ensino em sala de aula**. 2ed. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2007. 184 p.

ONU, A. G. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Nações Unidas.

SÃO PAULO. Parecer CNE nº 201/10. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fRF9xSale4cJ:www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/Par_CME_201-10.doc+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso 13 fev. 2024.

SILVA, P.B.G. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, 2007.

VAL, M.G.C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VERRANGIA, D.; SILVA, P.B.G. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.